



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PROJETO DE LEI Nº 074/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 FEV. 2011


1º Secretário

SÚMULA: Classifica a visão
monocular como deficiência
visual.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - Fica classificada como deficiência visual a visão monocular, no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2011.


Deputado CAIO QUINTANA

JUSTIFICATIVA(fls. 02)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 3959
EM <u>24/02/11</u>
 FUNCIONÁRIO

14:51 23/02/2011 000468 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

JUSTIFICATIVA:

No Brasil, a proteção à pessoa com deficiência é um preceito expresso na Carta Magna de 1988, bem como na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, texto que foi ratificado pelo Brasil e que goza de “status” constitucional, nos termos do § 3º, do art. 5º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº. 45/2004).

Assim, existe um arcabouço jurídico, o Decreto Federal nº. 3.298/1999, descrevendo os quadros de deficiências físicas, auditivas, visuais ou intelectuais. Entretanto, as pessoas com visão monocular – cegueira de um olho – não estão enquadradas expressamente em tal diploma, ficando à margem da proteção Estatal.

A visão monocular dificulta a compreensão das noções de profundidade e distância causando limitações físicas, psicológicas, psicosociais, educacionais e laborativas, além de discriminação social aos usuários de próteses oculares.

Ao se tratar das vedações no mercado de trabalho público e privado, tais cidadãos são proibidos de exercer inúmeras carreiras profissionais: Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Judiciária do Senado Federal, Câmara Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, Segurança Judiciário de Tribunais e particulares, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, oftalmologista (além de outras profissões médico/científicas) em função do uso de aparelhos profissionais que exigem a visão binocular (nos dois olhos), motorista profissional nas categorias “C”, “D” e “E” e profissões conexas (700% a mais de acidentes de trânsito, permitindo-se apenas a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) “A” e “B” – Resolução nº. 267/2008 – Anexo II - CONTRAN), vedação ao trabalho em plataformas petrolíferas, operador de guindaste e máquinas de grande porte, indústrias químicas, laboratórios, comissário de bordo, controlador de voo, etc.

Em face disso, o Poder Judiciário reconhece a inclusão da visão monocular enquanto deficiência visual com destaque ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº. 26071-DF que assegurou o direito a reserva de cargos públicos aos cidadãos com visão monocular, na linha dos demais Tribunais Superiores e Estaduais. No Estado do Paraná, há inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça.

Na Constituição Federal, consagrou-se ser atribuição comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a proteção e a garantia das pessoas com deficiência (art. 23, inciso II), bem como competência legislativa concorrente aos Estados e à União para a edição de normas sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência (art. 24, inciso XIV). O Estado do Espírito Santo (ES) já editou a Lei Estadual nº. 8.775/2007 visando a proteção de tais cidadãos, existindo projetos de lei idênticos no Amazonas, na Bahia, no Ceará e em Minas Gerais, caracterizando a urgência do pleito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

O presente projeto de lei foi reivindicado pela Associação Brasileira dos Deficientes com Visão Monocular – ABDVM e visa promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Paraná.

Objetivando promover tratamento isonômico com os demais tipos de deficiências, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação dessa proposição, tão almejada pelos portadores de visão monocular.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PROJETO DE LEI Nº 74/2011, DE INICIATIVA DO DEPUTADO CAÍTO QUINTANA – CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA VISUAL.

PARECER DO RELATOR DEPUTADO TADEU VENERI:

Súmula: Classifica a visão monocular como deficiência.

EMENTA: VISÃO MONOCULAR. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

Síntese:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por intuito qualificar o portador de visão monocular como portador de deficiência visual, *para todos os fins legais*, como forma de suprir lacuna deixada pelo Decreto Federal nº. 3298/1998¹ e efetivar o compromisso constitucional e internacional assumido pelo Brasil em garantir dos direitos da pessoa portadora de deficiência visual.

¹ Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: (...) III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).



Fundamentação:

O artigo 24, XII, da Constituição da República Federativa do Brasil define que a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrentemente para legislar sobre a *proteção e defesa da saúde*.

Para tratar de iniciativas para proteção e amparo de pessoas portadoras de deficiência, igualmente o artigo 23, II, da Constituição Federal define que todas as unidades da federação têm competência comum, ou seja, todas podem complementarmente executar serviços e políticas públicas para assistência aos portadores e portadoras.

A Constituição Estadual no seu artigo 53, XVI, autoriza a Assembleia Legislativa tratar de matérias de competência comum dos entes federados, nestes termos:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

A Assessoria Técnica da CCJ manifestou-se pela constitucionalidade e pela aprovação do projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Diante da adequação às normas legais e constitucionais, e ainda diante da relevância social que a classificação atingirá quando for transformada em dispositivo legal, voto pela aprovação do Projeto de Lei por esta Comissão de Constituição e Justiça e seguimento do devido processo legislativo.

É o parecer.

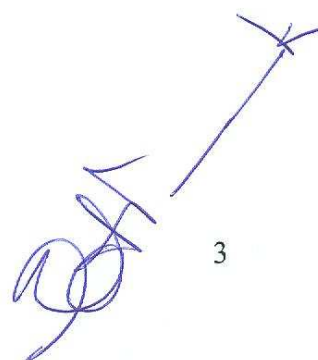
Sala das Comissões, 29 de março de 2011.


Deputado Estadual Tadeu Veneri











ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 074/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que classifica a visão monocular como deficiência visual.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

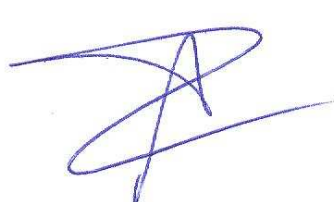
Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Estado do Paraná.


Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.


DR. BATISTA
Presidente


Adelino Ribeiro
Relator







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Fls. 01

PROJETO DE LEI Nº. 101 / 2011.



Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Amigos Benéficos da Infância e do Adolescente - SABIÁ, com sede e foro no município de Imbituva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade dos Amigos Benéficos da Infância e do Adolescente – SABIÁ com sede e foro no município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de Fevereiro de 2011.

Plauto Miró

Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual – 1º SECRETÁRIO





Justificativa

A Sociedade dos Amigos Benéficos da Infância e do Adolescente foi fundada em 02 de Agosto de 2005, é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de utilidade pública municipal.

A Associação atua na ajuda de formação de caráter de crianças e jovens em situação de risco, facilitando o acesso a cultura e o transporte no período contra-turno.

A entidade tem alcançado 280 crianças com aulas de canto/coral, teclado, violão, artes e atividades esportivas, tais como: Futsal, Voleibol e Karatê.

O trabalho da entidade é reconhecido como um trabalho sério e eficiente. Uma entidade ligada a Igreja Presbiteriana do município, uma Igreja que já está a 103 anos na cidade, onde a entidade pode desfrutar das dependências do seu templo sem ônus algum.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de Utilidade Pública do Estado do Paraná.


Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual- 1º SECRETÁRIO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/2011

Projeto de Lei nº. 101/2011

Autor: Deputado Estadual Plauto Miró

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **SOCIEDADE DOS AMIGOS BENEFICENTES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – SABIÁ**, com sede e foro no Município de Imbituva.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **SOCIEDADE DOS AMIGOS BENEFICENTES DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE – SABIÁ**, com sede e foro no Município de Imbituva.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

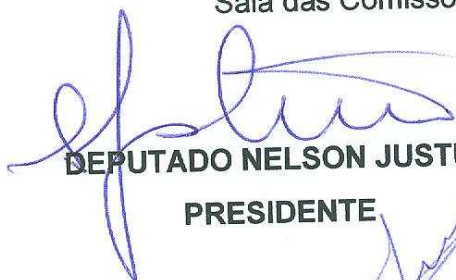


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

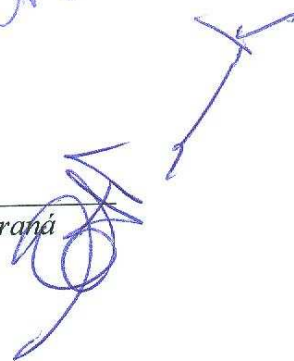
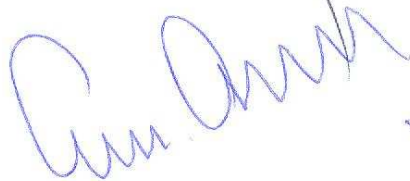
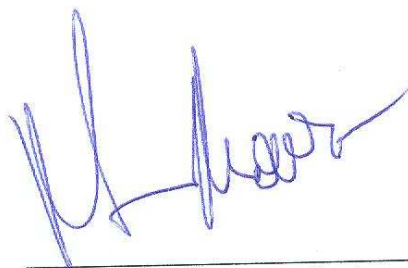
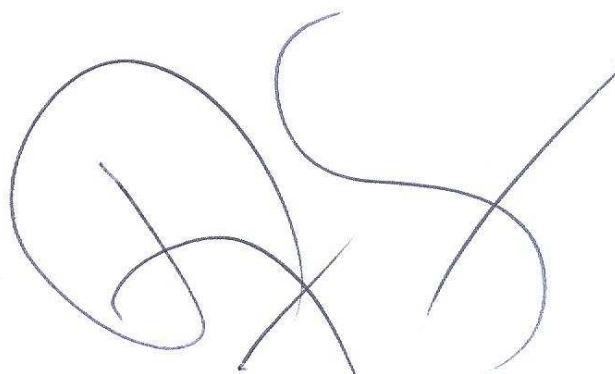
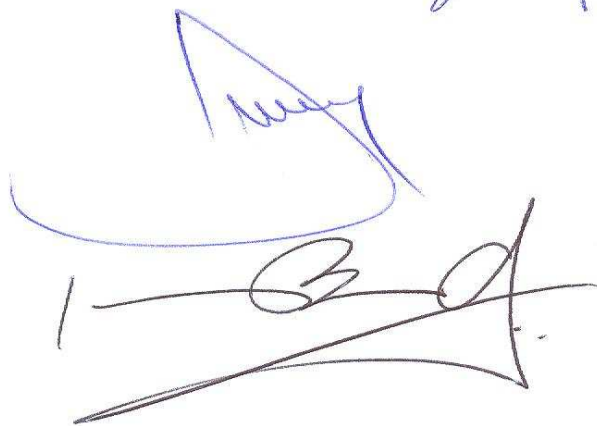
Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 01

PROJETO DE LEI N.º 231/11



Súmula: Declara de Utilidade Pública o “**Sistema de Apoio à Saúde São Rafael**”.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o “**Sistema de Apoio à Saúde São Rafael**”, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de março de 2011.


DR. BATISTA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O Sistema de Apoio à Saúde São Rafael, com sede e foro no Município de Maringá uma Associação Civil sem fins econômicos, políticos, partidários ou religiosos e com personalidade jurídica, de direito privado própria.

Tem por finalidade desenvolver atividades de assistência social às famílias carentes, integrar as atividades de assistências social, com programas e atualização profissional da área de saúde para residência médica e promover o voluntariado.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 231/2011

Projeto de Lei nº. 231/2011

Autora: Deputado Estadual Dr. Batista

Súmula: Declara de Utilidade Pública o
"SISTEMA DE APOIO À SAÚDE SÃO RAFAEL"
com sede e foro no Município de Maringá.

**EMENTA: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE
PÚBLICA – REQUISITOS PREENCHIDOS – LEI
Nº 6.994/78 - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **"SISTEMA DE APOIO À SAÚDE SÃO RAFAEL"**, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



ANTEPROJETO DE LEI Nº 283/2011

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

Art. 1º - A Junta Comercial do Paraná deverá exigir dos interessados Certidão Negativa de Débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual, nos casos de arquivamento dos seguintes atos:

- I - Alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis;
- II - distrato e extinção de sociedades mercantis;
- III - cancelamento de firmas individuais;
- IV - instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Parágrafo único - Nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão de sociedade, a Certidão Negativa será exigida para o arquivamento do ato da sociedade incorporada, fusionada ou cindida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 28 de março de 2011, 190º da Independência e 123º da República.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



MENSAGEM

Curitiba, 28 de março de 2011

Nº 003/2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei versando sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

O presente projeto de Lei visa tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos de alteração contratual em que haja retirada dos sócios ou redução do capital de sociedades mercantis; distrato e extinção de sociedades; cancelamento de firmas individuais e instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

Prot.10.982.367-8



Mostra-se necessária tal obrigatoriedade por esta ser um instrumento valioso e consistente na luta contra a sonegação fiscal, que retira dos cofres públicos parte considerável dos recursos destinados à implementação de muitos programas de governo de que tanto necessitam a cidadania paranaense como um todo.

Por muitas vezes empresas registram seus atos não obstante estarem inadimplentes com a Fazenda Estadual, dando azo, inclusive, a possíveis sonegações fiscais.

Desta forma, para solução do problema apresentado, mostra-se imperioso elaboração de Projeto de Lei.

Primeiramente, cumpre salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que a competência para legislar sobre juntas comerciais é concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme abaixo transcrito:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

III - juntas comerciais;

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil

D.J.
Fls 05

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, de acordo com o artigo supra da Carta Magna, entende-se que na competência legislativa cabe a União editar normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal suplementar, complementar a legislação federal.

No caso em discussão, temos o Decreto Federal nº. 1.800/96, que regulamentou a Lei Federal nº. 8.934/94, lei esta que disciplina o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades afins.

Desta forma, havendo norma geral que discipline a matéria, cabe aos Estados e Distrito Federal legislar com o intuito de suplementar a Legislação Federal.

Sendo assim, importante mencionar que o Decreto Federal nº. 1.800/96, em seu artigo 34, parágrafo único, prevê a possibilidade de inclusão de documento diverso dos previstos em seus incisos, desde que estabelecido mediante determinação legal. Vejamos:

Art. 34. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

I - instrumento original, particular, certidão ou publicação de autorização legal, de constituição, alteração, dissolução ou extinção de firma mercantil individual, e sociedade mercantil, de cooperativa, de ato de consórcio e de grupo de sociedades, bem como de declaração de microempresa e de empresa de pequeno porte, datado e assinado, quando for o caso, pelo titular, sócios, administradores, consorciados ou seus procuradores e testemunhas;



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



II - declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

III - ficha do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, segundo modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - comprovantes de pagamento dos preços dos serviços correspondentes;

V - prova de identidade do titular da firma mercantil individual e do administrador de sociedade mercantil e de cooperativa:

(...)

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. (Grifo nosso)

Destarte, em forma de complementar norma geral e evitar o dano eminente ao erário estadual, torna-se imprescindível a elaboração de Projeto de Lei sendo este o instituto destinado ao alcance dos objetivos almejados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/2011

Projeto de Lei nº 283/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 003/11

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

**EMENTA: OBRIGATORIEDADE
APRESENTAÇÃO CND JUNTA COMERCIAL.
COMPETÊNCIA AFERIDA. ARTIGO 24, III, § 1º
e §2º. CF. ARTIGO 13, III, 65. CE. ARTIGO 124
REGIMENTO INTERNO ALEP.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA
APROVAÇÃO.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto a Fazenda Pública Estadual nos casos de arquivamentos de alguns atos perante a Junta Comercial, tais como: alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis; distrato e extinção de sociedades mercantis; cancelamento de firmas individuais e; instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Após verificar a possibilidade de iniciativa para a propositura do referido projeto de lei, deve-se averiguar a competência para legislar sobre a matéria em pauta.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** da República Federativa do Brasil assim estabelece e determina especificamente a competência com relação ao tema em análise:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

III – juntas comerciais;

A **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

III – juntas comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Ou seja, quando se está diante de serviços referentes às juntas comerciais caberá tanto a União quanto ao Estado definir as normas; desde que cada um respeite a sua respectiva competência.

Como se trata de competência concorrente, importante destacar o § 1º e 2º do artigo 24 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Aliás, existe norma federal sobre o referido tema Lei Federal n.º 8.934/94 que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, inclusive determina como serão as Juntas Comerciais, conforme segue:

Art. 5º Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva.

Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se administrativamente ao governo da unidade federativa de sua jurisdição e, tecnicamente, ao DNRC, nos termos desta lei.

(...)

Art. 8º Às Juntas Comerciais incumbe:

I - executar os serviços previstos no art. 32 desta lei;

(...)

Art. 32. O registro compreende:

(...)

II - O arquivamento:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

- a) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;
 - b) dos atos relativos a consórcio e grupo de sociedade de que trata a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
 - c) dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil;
 - d) das declarações de microempresa;
 - e) de atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou daqueles que possam interessar ao empresário e às empresas mercantis;
- III - a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, na forma de lei própria.

Ainda, o Decreto Federal nº 1.880/96 vem regulamentar a Lei Federal supracitada e assim determina as regras para arquivamento de alguns atos:

Art. 34. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

- I - instrumento original, particular, certidão ou publicação de autorização legal, de constituição, alteração, dissolução ou extinção de firma mercantil individual, e sociedade mercantil, de cooperativa, de ato de consórcio e de grupo de sociedades, bem como de declaração de microempresa e de empresa de pequeno porte, datado e assinado, quando for o caso, pelo titular,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

sócios, administradores, consorciados ou seus procuradores e testemunhas;

II - declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (Redação dada pelo Decreto nº 3.395, de 2000)

III - ficha do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, segundo modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - comprovantes de pagamento dos preços dos serviços correspondentes;

V - prova de identidade do titular da firma mercantil individual e do administrador de sociedade mercantil e de cooperativa:

(...)

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Ocorre que, verificando as legislações federais, percebe-se que existe espaço para que o Poder Executivo Estadual realize o exercício de sua competência suplementar.

Sendo assim, o Poder Executivo realmente detém competência para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR










Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/11

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/11, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos de alteração contratual em que haja retirada dos sócios ou redução do capital de sociedades mercantis: distrato e extinção de sociedades; cancelamento de firmas individuais e instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

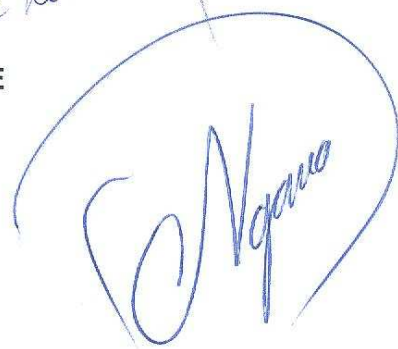
É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que consiste na luta do Estado contra a sonegação fiscal. Que retira dos cofres públicos parte dos recursos destinados à implementação de muitos programas de governo de que tanto necessitam a cidadania paranaense.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos **não haver óbice** à normal tramitação do presente Projeto de Lei e assim somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO CLEITON KIELSE
RELATOR





ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

359/11

Estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, com fulcro na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, seus Princípios Fundamentais e art. 134 e art. 135; Constituição do Estado do Paraná, art. 127 e art. 128; Lei Complementar Estadual 55/1991, que criou a Defensoria Pública do Estado do Paraná; Lei Complementar 80/1994, de acordo com a nova redação dada pela Lei Complementar 132/2009 – a qual prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados.

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art 1º - A Defensoria Pública do Estado do Paraná é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art 2º - São princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná a unidade, a indivisibilidade e a independência na função.

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2731



ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador



Art. 3º – São objetivos da Defensoria Pública do Estado do Paraná:

I – a afirmação do Estado Democrático de Direito;

II – a prevalência e efetividade dos Direitos Humanos;

III – a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

IV – a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

Art. 4º – São funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná na orientação jurídica e defesa dos necessitados, na forma do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, dentre outras:

I – prestar orientação jurídica e exercer defesa dos necessitados, em todos os graus;

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras para o exercício de suas atribuições;